

Folclore e folcloristas hoje - trajetórias de vida e antropologia em Mário Ypiranga Monteiro e Moacir Andrade

Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM/ Brasil)¹

Palavras-chave: folclore; antropologia; cultura popular

Folclore e folcloristas

Nos últimos tempos, tem-se atribuído ao “folclore”, um sentido depreciativo ou pejorativo. Na crítica que se faz ao termo, em interpretações de manifestações culturais ditas folclóricas, chama-se à atenção sobre algo que supostamente não corresponderia a realidade dos fatos sociais ou históricos. Aos estudos do folclore, considera-se a pecha de versões empreendidas às avessas de contextos e situações sociais. Não raro, em tom de denúncia ou condenação aos folcloristas pela produção de algo estático, que resultaria em versões distantes do passado e da vida real.

Identifico imprecisão ou mesmo exagero nesse entendimento. Lembre-se, dos trabalhos produzidos por folcloristas, sobre expressões culturais brasileiras, desde as últimas décadas do século XIX. Bem como, de pesquisadores do movimento folclórico brasileiro, em meados do século passado, além de pesquisas mais recentes sob o signo da cultura popular. Reconheço um inadvertido anacronismo, quando se estabelece julgamento sobre contribuições de folcloristas do passado, com juízo e olhos fixos apenas no presente. Penso que, deveríamos lançar mão da crítica histórica, como possibilidade de permitir entender contextos e condições de produção intelectual dos folcloristas. Sem isso, não seríamos capazes de atribuir importância aos registros feitos em épocas distintas, muitos dos quais etnografias, elaborados ao longo do tempo por essa categoria de pesquisadores e escritores.

Sobre as considerações feitas acima, o que se pode demonstrar, é a importância dos folcloristas para identificação e registro de expressões culturais. Embora em certos casos, possamos discordar de suas elaborações teóricas. Mesmo assim, antes de condenar

¹ Professor Titular em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM/IFCHS/DAN/PPGAS). Doutor em Antropologia Social (USP). Pesquisador do INCT/CNPq Brasil Plural e da FAPEAM. Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). Goiânia (GO).

tais pesquisadores, caberia conhecer o teor de suas produções textuais e exercitar o senso crítico sobre as elaborações etnográficas e teóricas.

De fato, no âmbito deste texto, o nosso propósito não é o de cotejar o amplo campo de produção intelectual dos folcloristas brasileiros. Optamos, entretanto, em fazer menção explícita a dois folcloristas amazonenses, Mário Ypiranga Monteiro e Moacir Couto de Andrade. Mesmo reconhecendo que se encontravam distantes da produção intelectual de estudiosos residentes em outras regiões, sobretudo daqueles localizados no Centro-Sul do Brasil. Na verdade, o que se pretende fazer, sem a pretensão de qualquer “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2006), é destacar as contribuições teóricas e etnográficas desses dois folcloristas e antropólogos amazonenses, para a antropologia brasileira.

Mário e Moacir

Mário Ypiranga Monteiro nasceu em Manaus, no dia 23 de janeiro de 1909. Filho de Francisco Monteiro e Maria de Sousa Monteiro. Trabalhou como professor no Colégio Estadual do Amazonas e foi professor titular de Literatura Brasileira e Amazonense na Universidade do Amazonas. Formou-se em Direito nesta mesma Universidade, em 1946. Os primeiros trabalhos de Mário Ypiranga Monteiro, circunscritos às décadas de trinta e quarenta do século passado, incluindo artigos em jornais, publicações em revistas ou edições “mimeografadas”, versaram sobre a figura de “Ayuricaba (ensaio para Rhapsódia Selvagem)” (1932), “O aguadeiro” (1977 [1944]), “História dos Carros-de-bois no Amazonas” (1948), “História das Ruas de Manaus” (1948), entre outros. Textos que procuravam destacar alguns tipos sociais da região, como a resistência do herói indígena Ayuricaba, da etnia Manaó, que resistiu à colonização; os vendedores de água potável de origem portuguesa, que ganhavam o espaço público da cidade de Manaus, na segunda metade do século XIX; alusão a escassa frequência de carros de boi no Amazonas, em comparação a outras partes do Brasil; bem como, antologias de nomes incluindo descrições de logradouros públicos de Manaus.

Moacir Couto de Andrade nasceu também em Manaus, um pouco depois de Mário, em 17 de março de 1927. Filho de Severino Galdino de Andrade, pernambucano, e Jovina Couto de Andrade, amazonense, nascida no rio Juruá. Trabalhou com desenho técnico em escritório de engenharia e foi professor em diferentes escolas de Manaus, entre as quais a Escola Técnica Federal do Amazonas. Formou-se em Administração de Empresas na

Universidade Federal do Amazonas. Desde os seis anos de idade já desenhava e passou a se interessar pela representação artística de cenas da vida amazônica. Os anos 80 assinalam marcante produção bibliográfica do autor. Entre as publicações, caberia destacar: “Alguns aspectos da Antropologia Cultural do Amazonas” (1981), “Tipos e utilidades dos veículos de transportes fluviais do Amazonas” (1983), “Nheengaré ou narrativas amazônicas” (1985), “Manaus – Ruas, Fachadas e Varandas” (1984), “Manaus – 100 anos de arquitetura” (1996). O primeiro livro faz menção a diferentes tipos sociais de trabalhadores e aspectos culturais da cidade de Manaus e do Amazonas, como os vendedores de carvão, de palha, garapeiros, tacacazeiras, bois-bumbás, rezadores, comidas típicas, garrafadas etc. Nheengaré reúne mitologias indígenas e mestiças caboclas, em alusão ao Curupira, o Boto, a Cobra Grande, entre outros seres encantados, que operam no âmbito do imaginário amazônico. As últimas duas referências, correspondem a livros com desenhos e textos, versando sobre o patrimônio cultural e histórico de Manaus, com exposições detalhadas sobre fachadas de bens edificados e informações de época.

Ao contrário portanto, de negar as contribuições desses autores, que se intitulavam folcloristas, mas também antropólogos, mesmo que de ofício, procuraremos mostrar a importância deles para a antropologia. Júlio Cezar Melatti (1990, p. 148-149) diz que o “folclore”, “vem sendo estudado por pesquisadores os mais diversos, tanto de formação acadêmica, a mais variada, como por pessoas que não dispõe da mesma, tanto por nomes de reconhecimento nacional como por estudiosos de âmbito local”. O autor transcreve uma afirmação de Florestan Fernandes, que caberia ressaltar: os “pesquisadores do passado que se dedicaram a temas folclóricos, seriam mais precursores dos etnólogos do que propriamente folcloristas”.

Mariza Corrêa (1990, p. 16-18), em estudo sobre a história da Antropologia no Brasil (1930-1960), considera que “antropólogos eram aqueles que tinham contribuído para a construção do nicho antropológico – em museus, universidades, agências financiadoras, centros de pesquisa”. Assinala uma “origem regional” de muitos “antropólogos”, mesmo assim, reconhece a capacidade que desenvolveram para se manterem informados e atualizados sobre os debates de sua época envolvendo várias questões. Bem como, dos contatos estabelecidos com estudiosos e pesquisadores de muitas partes do Brasil ou do exterior.

De acordo com estas afirmações, estabelecemos a seguinte hipótese de investigação: Mário Ypiranga Monteiro e Moacir Andrade, como folcloristas, adentraram no campo da Etnologia e contribuíram de modo significativo para construção de conhecimento antropológico em suas obras. Trata-se de reconhecer as antropologias feitas pelos autores, considerando temas de pesquisa, formas de interpretação científica e estilos de descrição etnográfica.

Digno de nota, um fato que merece registro, ocorreu em 1 de dezembro de 1962, quando Mário Ypiranga Monteiro datou correspondência, dirigida ao professor e antropólogo Egon Schaden, da FFLCH, da Universidade de São Paulo, expressando o seu interesse em buscar formação acadêmica em Curso de Especialização em Antropologia Cultural, sob a supervisão deste professor. À época, Mário pertencia aos quadros do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), na condição de “antropólogo”. Confessava sobre o seu interesse em formação acadêmica na área. Disse o seguinte: “O meu conhecimento da Antropologia Cultural (muito especialmente o folclore) decorre de leituras e aplicação de métodos de base, mas sou um autodidata e só isso não justifica o nome de antropólogo”. Nesta mesma correspondência, confessa a sua intenção no âmbito da antropologia: “meu desejo é privar mais com os mestres, aprender os processos mais modernos de pesquisas de campo, orientar-me enfim em num sentido mais prático do que teórico, a fim de poder mais tarde orientar turmas”. Entretanto, não se identifica no acervo de correspondências consultadas, qualquer resposta de Egon Schaden ao pleito de Mário Ypiranga.

Moacir Andrade passou por algo semelhante. Em 1958, por ocasião de uma exposição de suas obras artísticas em São Paulo, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), teve oportunidade de conhecer o antropólogo francês Roger Bastide, que havia ensinado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre 1937 e 1954. Bastide reconheceu no artista a condição de “etnólogo”, “um antropólogo interessado em registrar o que de mais autêntico se manifesta em gestos simbólicos do seu dia a dia”. Este depoimento foi publicado anos mais tarde, no livro “Moacir Andrade sob o olhar dos amigos” (2013), onde se pode ler vários outros testemunhos de pessoas famosas que conheceram o artista e antropólogo.

Estilos de antropologia

Considero relevante recuperar certas passagens nas trajetórias de Mário e Moacir, no terreno da antropologia, como algo sugestivo, para visualizar estilos autorais distintos, de descrição etnográfica, de viés literário, historicista, heurístico, artístico, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da disciplina. De acordo com Oliveira & Ruben (1995, pág. 187), “a antropologia cujos artificios de linguagem (ou seus jogos de linguagem) não lhe retiram suas características discursivas, o caminho que poderemos percorrer para descrever suas diferentes especificações ou individuações, quer na periferia, quer inclusive nos centros metropolitanos”, “bem que poderá ser o de uma estilística”.

Moacir Andrade, no contexto da pesquisa de campo, adotava o estilo da *flanerie*, lembrando Walter Benjamin (2007). Moacir como *flaneur*, “viajando” por sua própria cidade, sendo também viajante no tempo de suas memórias, sobre o que se podia contar sobre Manaus. Em muitas das suas andanças pela cidade, fez registros minuciosos sobre vários aspectos da vida social, demonstrando que era um observador atento e bom narrador.

No livro *Antropologia Cultural do Amazonas*, publicado em 1978, Moacir traz algumas lembranças de infância, que ainda adquiriam sentido em sua vida adulta na cena urbana de Manaus. Diz que muitas “tacacazeiras” ficaram famosas na cidade. Uma delas, entre outras, era “Dona Idalina, que os frequentadores chamavam de Preta Idalina”. Ela colocava “a sua banca na Praça 14, onde se levanta hoje um Grupo Escolar”. Era “uma das mais famosas quituteiras de Manaus”. Além do tacacá, os jovens e outras pessoas, inclusive “da alta sociedade” de Manaus, iam “comer uma tapioquinha com leite de coco do Maranhão”. Lembra o autor, que “as bananas fritas de Dona Idalina eram tão gostosas, que, às vezes, as pessoas faziam fila para comprar ‘um palitinho’”. Um palitinho que espetava alguns pedaços de banana frita, tão ao gosto dos fregueses. Uma característica marcante de “preta Idalina”, era de não permitir a ninguém que “levantasse a toalha de seu tabuleiro”, provavelmente por questões de higiene e privacidade. Em certas datas do ano, que coincidiam com as comemorações a “Santa Bárbara, São Sebastião, Iemanjá”, Dona Idalina não colocava banca para vender “as suas apetitosas iguarias”, posto que celebrava e respeitava essas entidades religiosas (Andrade, 1978, p. 61).

Para o autor, “as bancas de tacacá constituem uma das mais importantes características da cultura amazônica”. Chama essa cozinha, de “nossa cozinha ao ar livre”,

por envolver “as cuias, as colheres, geralmente de alumínio, o paliteiro, o vidrinho de sal e grandes panelas de goma de tapioca, tucupi com jambu e uma outra, contendo camarão cozido também em tucupi”. Além da descrição etnográfica detalhada e afetiva de Moacir, caberia destacar certas imagens mobilizadas pelo autor, sugerindo múltiplas formas e texturas de artefatos, cores, gustemas, entre outros motivos mais característicos da culinária amazônica.

Mário Ypiranga, em contatos estabelecidos com ribeirinhos no interior do município de Manaquiri (AM), envolvido em estudo sobre o que convencionou chamar de “Folclore da Maconha”, cujos resultados foram publicados na Revista Brasileira do Folclore, número 6 (1966), procurou utilizar nomes fictícios para os interlocutores da pesquisa, com o propósito de não revelar a identidade das pessoas. É interessante perceber, que mesmo assim, com reserva e certa liberdade nos contatos estabelecidos em campo, um interlocutor chamado de “Inocência” não se sentira à vontade em prestar informações ao pesquisador. Afirmava não ter conhecimento sobre o plantio ou consumo de “dirijo” no município e muito menos em sua propriedade, o que não correspondia à verdade, posto que outros moradores atribuíam a Inocência não somente o plantio, como também o fato de que “puxava”, fumava o “dirijo”. Outro informante, o senhor Clemente (nome fictício), que residia “em qualquer parte do Manaquiri” (Mário decide não identificar o local) e “não fumava nem plantava a erva”, na verdade, era “uma espécie de agenda informativa preciosa”, pois relatara sobre vários aspectos do plantio e beneficiamento da maconha (Monteiro, 1966, p. 290).

Note-se, os desafios enfrentados pelo pesquisador, em tratar sobre um tema de difícil abordagem, à época em que se encontrava como pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus (AM). Mário entendia que se tratava de “um problema social”, que merecia ser estudado e conhecido. O que se quer ressaltar aqui, entretanto, é o fenômeno da “heteroglossia” ou “antropologia polifônica”. A “heteroglossia” apontada por Bakhtin, conforme relata James Clifford (2008), que implicava em observar no romance e na própria etnografia as várias vozes ou visões acerca de uma mesma situação ou realidade social, reconhecendo diferentes interpretações dos sujeitos. Posto que “uma cultura é, concretamente, um diálogo em aberto, criativo, de subculturas, de membros e não membros, de diversas facções”, uma “arena carnavalesca de diversidade” (Clifford, 2008, p. 47).

Destaque-se, a capacidade de Mário em lidar com várias impressões e opiniões no trabalho de campo, em situações e obstáculos encontrados nos lugares que percorreu para obter informações. Bem como, os desafios dos “imponderáveis da vida real”, ou seja, descobrir que, nem sempre aquilo que as pessoas dizem fazer, é o que de fato fazem ou deixam de fazer. Mesmo assim, sem desmerecer ou desistir do propósito de continuar o ofício de antropólogo, selecionando depoimentos de interlocutores, e ao mesmo tempo, explorando estilos de narrativas para compor as suas etnografias polifônicas.

Interpretações antropológicas

Cumprе salientar, que as obras de ambos os autores denotam diferentes abordagens antropológicas. A começar, pela experiência empírica que adquiriram em suas vivências, reunindo conhecimentos vários em viagens realizadas pelo Estado do Amazonas ou perambulações pela cidade de Manaus. Mas também, sobretudo Mário Ypiranga Monteiro, na apropriação de elaborações teóricas e etnográficas de antropólogos norte-americanos ou europeus, ao lançar mão de contribuições da Antropologia Funcionalista (Bronislaw Malinowski) ou Culturalista (Franz Boas, Ruth Benedict, Ralph Linton, Felix Keesing, entre outros). O que talvez seja passível de crítica, como qualquer trabalho intelectual e acadêmico, mas não deixaram de interpretar os fatos folclóricos ou antropológicos com os quais trabalharam.

Moacir Andrade talvez não apresente uma elaboração teórica tão explícita, como se identifica em algumas passagens de Mário Ypiranga. À semelhança do que bem assinalara Eunice Ribeiro Durham (1978), em seu estudo sobre a obra de Malinowski e a abordagem funcionalista deste autor. Considerava a autora, tratar-se de uma “teoria implícita” em Malinowski, com referência a vários temas antropológicos, como as trocas e os sistemas simbólicos. Penso que esse entendimento se aplica a Moacir Andrade, a sua maneira de interpretar o material de pesquisa e seu estilo etnográfico narrativo e memorialista.

Mário e Moacir, priorizaram para estudo temas como as lendas e os mitos, a história social regional, a religião, a vida social e o trabalho, embarcações, cidades e vida urbana, expressões de cultura material, relações raciais, formas de cultivos e produtos regionais, patrimônio histórico, festas populares, entre outros mais. Na busca de um conhecimento objetivo, lançaram mão da antropologia, trabalhando com conceitos

relevantes, como o conceito de cultura, de área cultural, aculturação, sincretismo religioso, necessidades culturais, entre os mais destacados.

O que nos fez voltar e revisitar esse conhecimento, e perceber aspectos de uma “teoria da prática”, na perspectiva da resolução de problemas concretos de existência vivenciados pelos autores, que sempre procuraram escrever a partir do seu lugar de origem, do Amazonas e de Manaus. Tomamos a ideia de um “conhecimento prático”, ou “etnografias de vivências e práticas culturais”, no sentido definido por Pierre Bourdieu (2009, p. 43). Tratando de reconhecer nas condições e resultados de pesquisa, “uma objetivação crítica das condições epistemológicas e sociais”, que tornaram possível, “tanto o retorno reflexivo sobre a experiência subjetiva do mundo social, quanto a objetivação das condições objetivas dessa experiência”.

Mário e Moacir, ao invés de se restringirem às interpretações do *habitus* produzidos nas mentes, corpos das pessoas e nas instituições, procuraram explorar as insurgências das expressões populares, enquanto *histerese do habitus*. Neste caso, como defasagens entre “disposições” e “ocasiões de aprendê-las”, ou seja, ao invés de visualizarem acomodação das expressões populares ao domínio das elites e da cultura erudita, buscaram “pensar as crises históricas, segundo categorias de percepção e de pensamento diferentes daquelas do passado, ainda que revolucionário”. Aqui, “revolucionário” no sentido de agir de forma “política” e inesperada. De fato, assumir protagonismo fundamentado em expressões folclóricas ou populares que, não raro, desautorizam ou promovem “o contrário”, do que dispõe (o *habitus*) das instituições oficiais.

Uma antropologia que parte do conhecimento empírico, da vida social experienciada pelo próprio folclorista, ao mesmo tempo que procuraram conferir algum sentido de cientificidade a esse conhecimento chamado de Ciência do Folclore. Despertaram para a necessidade de alcançar certa objetividade no método de pesquisa, na interpretação das várias situações que escolheram para trabalhar, na Amazônia e, em especial, no Estado do Amazonas e em Manaus.

E, por fim, na junção que fizeram de duas formas de conhecimentos, de base fenomenológica e de orientação objetivista, chegaram a um conhecimento “prático”, no sentido de Pierre Bourdieu (2007), produto da reflexividade que empreenderam os autores sobre as suas próprias experiências de vida e de pesquisa. Não perderam de vista o sentido

de olhar por detrás das manifestações culturais, à procura de alguma estrutura social subjacente, correspondente às múltiplas práticas culturais que estudaram, ou seja, que sustentasse tais expressões regionais sob o signo da cultura. O que permitiu operarem sobre o conhecimento que produziram, como “estruturas estruturantes”. Mário e Moacir podem ser vistos como verdadeiros guardiões da cultura local de Manaus e regional no âmbito do Estado do Amazonas.

Mário e Moacir em Perspectiva

Em 9 de dezembro de 1969, Moacir Andrade publica no periódico *O Jornal* (Manaus, AM) um texto intitulado “Remanso do Solimões”. Trata-se de algumas memórias de infância, quando o menino Moacir contava com dez anos de idade. Relata de modo entusiástico, um passeio de barco realizado em 1937, para visitar no município de Manacapuru a sua saudosa tia Zefinha. Naquela época não havia estrada para se chegar ao município e a viagem levava em torno de 48 horas de barco, saindo de Manaus e “subindo” o rio Solimões até Manacapuru. São muitas as imagens e situações destacadas pelo autor em sua narrativa de viagem, o rebocador que levava a pequena embarcação, a várzea, o sítio, as árvores, as cabas etc. Passados trinta anos depois, retorna ao sítio, mas infelizmente não encontra mais a mesma realidade de antanho. Descrita, anos mais tarde, com certo pesar: “tudo se apresenta diferente ante os meus olhos de homem vivido, sofrido e viajado. As velhas árvores que marcaram com fatos pitorescos a minha passagem por ali, desapareceram”. Tudo parece que já não faz mais sentido para o narrador: “a pororoqueira do remanso, grande e majestosa, a Piranheira do sítio da tia Zefinha, onde certa vez eu trepara com o fito de tirar ninhos de japiim e em represália recebi uma grande surra de ferradas de Cabas” (espécie de marimbondos).

Moacir se torna um ferrenho defensor da Amazônia. No livro “Amazônia - a esfinge do terceiro milênio”, publicado pelo autor em 1981, descreve aspectos socioculturais da região e denuncia ações e políticas que estariam comprometendo as populações indígenas, os problemas decorrentes dos grandes projetos, como a rodovia Transamazônica, a necessidade de preservação dos rios e da floresta, espécies animais ameaçadas, crescimento acelerado das cidades etc. Outro livro deste autor, “Pratos, lendas, histórias e superstição de alguns peixes do Amazonas – Folclore do peixe do Amazonas” (1998), segue este mesmo tom de denúncias, sobre esgotamento dos estoques

pesqueiros na região, em relação às formas de captura dos peixes que mereceriam aprimoramento e racionalidade no aproveitamento do pescado. Bem como, resgata um extenso quadro de referências de um imaginário mítico sobre aspectos da culinária amazônica, lendas e superstições envolvendo diferentes espécies de peixes da Amazônia.

Moacir também se interessa pelo patrimônio histórico e cultural de Manaus. Em duas de suas obras, “100 anos de arquitetura” (1996) e “Manaus: ruas, fachadas e varandas” (1984), lamenta a falta de consciência sobre a preservação dos prédios históricos da cidade, de interesse público ou mesmo habitações. No primeiro livro, apresenta vários desenhos de prédios, igrejas, praças, trabalhadores em meio urbano. Ao mesmo tempo, ressalta a importância de diferentes tipos sociais, que foram sendo levados ao esquecimento. No segundo livro, completa esse quadro de referências históricas, chamando à atenção para as transformações da paisagem urbana e certos tipos de trabalhadores que existiram na cidade, como “os carvoeiros”, “os padeiros”, os “tamanqueiros”, “vendedores ambulantes, entre outros mais; bem como os “arraiaais” juninos, as procissões do catolicismo popular, o lazer nos banhos de igarapé etc. De fato, uma visão de certa maneira saudosista do passado, mas ao mesmo tempo procurando entender as dinâmicas do patrimônio material e imaterial no âmbito de Manaus.

Identifica-se em Moacir, a capacidade em perceber as transformações urbanas em Manaus e no Estado do Amazonas, comparando o que havia vivido quando criança ou em sua juventude, e o que encontrava em sua vida adulta. Sobretudo, a partir da década de 60 do século passado. Segundo o autor, quando já não havia mais a vitalidade e poesia da vida urbana e do interior vividos em décadas passadas.

É interessante assinalar, o quanto o próprio Moacir se confunde com as personagens, com as quais contracenava, em meio a cidade de Manaus e em diferentes lugares do Amazonas. De tal forma, como se quisesse se perder e, ao mesmo tempo se encontrar nos contextos e imersões de suas experiências de pesquisas. Fixa nas páginas dos seus livros, bem como nos seus desenhos e pinturas, cenas de “etnografias de vivências e práticas culturais”, quando viaja de bonde pelas linhas da cidade de Manaus, desde menino, acompanhado de seus amigos de infância. E lembra dessas memórias com uma riqueza de detalhes impressionante, que enriquecem as suas narrativas.

Etnografias das muitas distâncias que percorreu em rios da região, em diferentes tipos de embarcações, com gentes de distintas origens, paisagens e circunstâncias impressionantes de vida. Este é um pouco do Moacir que tivemos oportunidade de

conhecer e admirar. Moacir Andrade contribuiu também com as suas “tintas e cores” para esse país, “Brasil – terra de contrastes”, ao conferir as suas várias etnografias do homem regional, tanto do meio rural como urbano; e o mestiço caboclo, descrições várias de vidas, poesias.

Por outro lado, saliente-se a defesa de Mário Ypiranga Monteiro dos grupos folclóricos de Manaus, ao condenar o caráter competitivo atribuído pela imprensa local aos festivais folclóricos, na década de 50 do século passado. Para Mário, os festivais descaracterizavam o sentido lúdico e de fruição da cultura popular, introduzindo elementos inapropriados, em detrimento da cultura tradicional, o que convencionou chamar de “Fake-lore” (Monteiro, 1964).

De fato, uma questão contemporânea para as culturas populares, quando se trata, por exemplo, de adentrar na esfera pública das mídias e meios de divulgação massivos. Da capacidade dos protagonistas das culturas populares, em negociar e fazer valer os seus interesses de classe, diante de agentes e intermediários culturais detentores de capital. Correndo o risco de serem ameaçados e sujeitos a perderem espontaneidade ou desaparecer. Mesmo assim, assumindo desafios em manter certo “ethos”, característico e inerente às próprias condições de resiliência, em levar adiante os desígnios das expressões populares.

Na verdade, antes de qualquer juízo inadvertido sobre esse entendimento, o que preocupava os autores era a defesa do folclore, de preservar o protagonismo dos agentes em suas práticas culturais populares. Para além da densa etnografia das expressões folclóricas apresentadas em suas obras, ressaltam o protagonismo das associações folclóricas organizadas institucionalmente, com poder político de barganha frente ao Estado e município, exercendo influência nas decisões de questões de política cultural.

Ao tratar das relações étnicas e culturais, um aspecto central é o fato de ressaltarem a ideia da mestiçagem. De uma cultura popular que passaria pela figura regional do “caboclo”. Mário e Moacir pensaram a mestiçagem como um modelo de civilização, um futuro também culturalmente mestiço para o Amazonas. Sem necessariamente desmerecer outras expressões culturais e identitárias, como os povos originários ou afrodescendentes, irredutíveis diante do presente e da história.

O que não significa dizer, que deixaram de estabelecer interpretações conceituais sobre esses segmentos sociais ou atribuído menor importância aos mesmos. Na análise

que empreenderam em suas obras, sobre tais processos socioculturais na Amazônia, mereceriam destaque as relações étnico-raciais. Mário Ypiranga Monteiro (2016) criou o termo “Amazoníndio”, não somente para falar da importância cultural do indígena no Amazonas, mas também para delimitar uma área cultural, o Amazonas, para efeitos de pesquisa e análise. Jamais negou o imenso manancial das culturas indígenas e a transmissão desse conhecimento, de “saber enciclopédico”, que se processou do indígena para o homem mestiço na região, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII.

Soube, e muito bem, tratar de diferentes fatos históricos da colonização ibérica, criticando esse empreendimento sob o signo da cruz e da espada, e o que representou de atrocidades. Além de ressaltar, o processo de aculturação do indígena e emergência das populações mestiças, sem esquecer dos escravos negros ou libertos, que mais tarde se tornaram trabalhadores livres, como as “lavadeiras”, os “tigreiros” (que recolhiam dejetos nas casas dos moradores para despejar no rio Negro) e outros mais, na cena urbana das cidades amazônicas, com destaque para Manaus, a partir de meados do século XIX.

Na cidade, apresentam um quadro de agentes urbanos que nos permitem olhar de forma diferente para Manaus. Pois, no discurso das elites, a vida urbana que se pretende reconhecer coincide com a época da *Belle Époque*, do fausto da borracha e das construções monumentais que se quer exaltar. Mas há uma outra vida em Manaus, com protagonismo de trabalhadores braçais e populares, sem os quais ficaria difícil a viabilização de uma vida urbana.

No trato das religiosidades e representações do catolicismo popular, Mário e Moacir reconhecem no folclore um papel dinâmico. Mário Ypiranga lança mão do catolicismo para entender processos de aculturação de religiões dos povos originários e sincretismo de afrodescendentes, no âmbito regional, através do que convencionou chamar de “cultos e festas profano-religiosas” (Monteiro, 1983). No seu entendimento, a crença poderia estar associada ao mito, superstições, promessas, sincretismo religioso e aculturação. Ao mesmo tempo, que comemorações e festas corresponderiam aos aspectos lúdicos, lazer e num sentido mais amplo as dimensões profanas da vida em sociedade.

Moacir não apresenta maior preocupação com uma teoria explícita sobre o fenômeno religioso ou festivo. Na medida em que busca, através de informações históricas e contemporâneas, explorar e descrever situações de ordem prática, envolvendo crenças e ritos, no âmbito de Manaus e na região amazônica. Se ocupou das dinâmicas

das festas e religiosidades do catolicismo popular, em procissões de São Sebastião, procedimentos de rezadeiras, folguedos de bois-bumbás, entre outras manifestações. O que resultou, na produção de densas etnografias, em grande parte publicadas no livro “Alguns Aspectos da Antropologia Cultural do Amazonas” (1978).

Considerações finais

A cultura regional popular que se depreende da leitura e análise das obras de Mário e Moacir, corresponde a um discurso que prioriza a Amazônia. A partir do Estado do Amazonas e da cidade de Manaus. Posto que, trataram de olhar para além da região, para a frente e para os lados, mas sempre a partir do “local”, um saber local como já assinalara Clifford Geertz (1997). Procuraram valorizar expressões amazônicas, no plano do sensível e do inteligível, com vistas a estreitar relações com atores da cena local, intelectuais de outros lugares, mas também com o que havia de mais profundo na intimidade de cada um deles. Neste caso, explorando experiências que vivenciaram na infância e na mocidade, bem como nas agruras e benefícios da vida adulta. A riqueza das trajetórias de vida dos autores e suas obras sugerem o sentido de “obras abertas”, com novas possibilidades e perspectivas de estudo.

Penso que, jamais procuramos tratar nesse texto, de algo que identificasse os autores com a produção de um discurso regionalista. Muito pelo contrário, reconhecemos em seus textos um sentido universal, na promoção de um conhecimento antropológico, com forte viés etnográfico. Um conhecimento prático, de compromisso com as origens e lugares em que viveram os autores. Eles falam a partir de Manaus e do Amazonas, o que significa dizer que tomaram como referência um “saber local”, a partir da “casa” e da “aldeia” em que residiram, a maior parte dos dias de suas vidas.

Na verdade, talvez seja isso que falte em muitos discursos de intelectuais, que não raro tem o propósito de falar sobre cultura brasileira, sem se dar conta de cotejar a diversidade das culturais regionais e de conhecerem a sua própria “aldeia”. Não é à toa, que Mário e Moacir, se ocuparam e deram importância a questão das relações étnico-raciais, quando se fala de Amazônia e Brasil. Tema imprescindível, que faz parte da agenda brasileira e discussões sobre identidade nacional, no mínimo, desde a segunda metade do século XVIII.

Sem dúvida, há ainda muitos caminhos a percorrer, não somente recorrendo a Mário Ypiranga e Moacir Andrade, mas também a outros autores brasileiros que, por motivos vários, estiveram distantes da academia. No caso deste texto, ao assumir o desafio de escrever sobre o pensamento antropológico da Amazônia, sob o signo do folclore e da cultura popular, considero que ensaiamos alguns passos. No sentido de traduzir e explorar, perspectivas antropológicas de coleta e registro de material etnográfico, esboço de algumas interpretações antropológicas sobre diferentes temas da cultura regional popular, sob à luz do folclore.

A surpresa, entretanto, foi visualizar o folclore na perspectiva de um conhecimento prático. No meu entender, algo que representou um caminho interessante, para acessar antropólogos de outrora, com viés disciplinar da antropologia contemporânea.

Referências

ANDRADE, Moacir. Remanso do Solimões. *O Jornal*, Manaus, 09 de dez. de 1969.

_____. Alguns Aspectos da Antropologia Cultural do Amazonas. Manaus: Clube da Madrugada, 1978.

_____. Amazônia: a esfinge do terceiro milênio. Manaus: Metro Cúbico, 1981.

_____. Tipos e Utilidades dos Veículos de Transportes Fluviais do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

_____. Manaus: ruas, fachadas e varandas. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1984.

_____. Nheengaré ou Poranduba dos Dabacuris: estórias dos beiradões. Manaus: Clube da Madrugada, 1985.

_____. Pratos, lendas, estórias e superstição de alguns peixes do Amazonas: folclore do peixe do Amazonas. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1988

_____. 100 anos de arquitetura. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

_____. Moacir Andrade sob o olhar dos amigos. Manaus: Fieam, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, v. 1). São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. O flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Usos e abusos da história oral. Coord.: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

_____. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Trajetórias de vida e Antropologia em Mário Ypiranga Monteiro e Moacir Andrade. Manaus: Editora Valer, 2025.

_____. (org.). Mário Ypiranga Monteiro e Moacir Andrade em perspectiva. Organizado por Sérgio Ivan Gil Braga. Manaus: Editora Valer, 2025.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. A experiência etnográfica – Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 17-58.

CORREIA, Mariza. História da Antropologia no Brasil (1930-1960). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Campinas, SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

DURHAN, Eunice Ribeiro. *A reconstituição da realidade* – um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Editora Ática, 1978.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELATTI, J. C. A antropologia no Brasil: um roteiro. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez: ANPOCS, n. 15-19, p. 123–211, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Ayuricaba (ensaio para rapsódia selvagem). *Revista Vitória Régia*, Manaus. Ano 2, nº 9, 1932.

_____. História dos Carros-de-bois no Amazonas, Diário Oficial, edição nº 15.827, Ano LV. Manaus, 1948.

_____. História das Ruas de Manaus. *Jornal do Commercio*, Manaus, 1948.

_____. Roteiro do folclore amazônico. Manaus: Sérgio Cardoso e Cia. 1964. (série Etnografia Amazônica).

_____. Antropogeografia do guaraná. Manaus: INPA, 1965.

_____. Folclore da Maconha. Revista Brasileira do Folclore. Rio de Janeiro, Nº 6, 1966.

_____. O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, (1977 [1944]).

_____. Cultos de santos e festas profano-religiosas. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.

_____. O Tigreiro. Manaus: EDUA, 1997.

_____. Fundação de Manaus. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

_____. História da Cultura Amazonense: I e II. – Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & RUBEN, Guilherme Raul (Orgs.) Estilos de Antropologia. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.